



UFMT
EM REDE

ÉTICA E POLÍTICA CONTEMPORÂNEAS

Roberto Freire

Cuiabá-MT

2021

Apoio: Projeto UFMT Popular

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)



Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário



Esta obra está licenciada com
uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional

Ministro da Educação

Milton Ribeiro

Reitor da UFMT

Evandro Aparecido Soares da Silva

Vice-Reitora

Rosaline Rocha Lunardi

Secretário de Tecnologia Educacional

Alexandre Martins dos Anjos

Coordenador Geral do UFMT Popular

Alexandre Martins dos Anjos

Diretora do Instituto de Educação

Tatiane Lebre Dias

Produção Gráfica

Secretaria de Tecnologia Educacional - SETEC/UFMT

Diagramação

Fiana Bamberg

ÉTICA E POLÍTICA CONTEMPORÂNEAS

Roberto Freire

OBJETIVOS DO CURSO

Abordar questões da ética e da política contemporâneas, que se encontram numa encruzilhada, seja pelo esgarçamento de valores e conceitos herdados de um passado recente, seja por novas práticas e pensamentos que surgiram no século passado e estão em franco desenvolvimento.

CONTEÚDO

INTRODUÇÃO	5
UNIDADE I - DISTINÇÃO ENTRE ÉTICA E MORAL.....	6
UNIDADE 2 - ÉTICA E POLÍTICA: UMA COMPLEMENTARIDADE	14
UNIDADE 3 - QUESTÕES ÉTICAS E POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

INTRODUÇÃO

Este Curso, dividido em três unidades, tem o objetivo de abordar questões da ética e da política contemporâneas, que se encontram numa encruzilhada, seja pelo esgarçamento de valores e conceitos herdados de um passado recente, seja por novas práticas e pensamentos que surgiram no século passado e estão em franco desenvolvimento.

Começando por realizar algumas distinções básicas, entre moral e ética, se perceberá logo após a estruturação do problema ético como decorrência da atividade política dos indivíduos, cuja ação, por mais própria e particular que se entenda, tem sempre uma repercussão social, conseqüentemente, ética e política.

Ao fim, se abordará a crise dos valores morais contemporâneos, a perda da autoridade comum que existiu sempre em épocas passadas, assim como a crise da representatividade política e a perda de respeito e esperança nos políticos e nas políticas oficiais.



UNIDADE I - DISTINÇÃO ENTRE ÉTICA E MORAL

A filosofia nos mostra que a simples enunciação de alguns termos no campo da cultura humana, não nos leva a algum fenômeno imediato, unívoco, unânime, claro e distinto, como ocorre ao falarmos de fenômenos naturais. Não basta para isso um exame meramente empírico de algum “ser” específico e particular, mas também uma abordagem interpretativa para uma aproximação mais precisa dessa fenomenologia.

Termos como ética, justiça, moral, bem, mal, liberdade e muitos outros não descrevem coisas individualizáveis ou seres específicos, mas antes relações humanas, construtos subjetivos e abstratos que necessitam também de uma abordagem extensiva, além da intensiva, para poder vislumbrar sua possível objetividade. Além disso, são termos carregados de forte conteúdo emocional, que, na maior parte das vezes, trazem percepções e ideias pré-concebidas da herança cultural, que impedem de se reparar em coisas simples e óbvias que eles contêm, mas que acaba imperceptível pelo uso e abuso dos mesmos.

Nesse contexto, fazer uma distinção entre ética e moral é imperativo para especificar o sentido de ética que se traz para a abordagem. Salienta-se de início que as práticas humanas cotidianas são a razão de ser tanto da ética como da moral. Eis porque a ética finda confundida com a moral; são tidas como sinônimas, ou pelo menos assim aparecem nos dicionários. Naturalmente, a culpa não pode ser atribuída aos dicionários, pois que captam o uso dos termos, suas várias conotações e não apenas sua denotação.

Isso ocorre porque só podemos falar e debater sobre ética e moral, na medida em que existe a liberdade, que permite ao homem, entre escolhas possíveis e razoáveis, ou não. Essas escolhas, todas elas advindas da criatividade e da autonomia humana, consistem em construir o que não existe e moldar o social. Após a escolha: melhores e mais interessantes ou as piores e pouco racionais, resultam boas ou más as ações e o seu julgamento. Há um problema ético ou moral porque há coisas que devem ser feitas ou que é preferível fazer em vez de outras, ou que não devem ser feitas, e se tem a possibilidade de escolha de fazer ou não.

A experiência moral e ética não pede nada mais que um sujeito capaz de imputação, se se entender por imputabilidade a capacidade de um sujeito de se designar como o autor verdadeiro dos seus próprios atos. O fato é que a liberdade e a autonomia estão intima-

mente relacionadas com a responsabilidade, ainda que possa parecer que se libertar signifique libertar-se das responsabilidades também, o que é um verdadeiro anacronismo.

É exatamente o fato de sermos livres que nos torna responsáveis pelo nosso destino, pois que não está escrito, nem previsto, e todos podem inaugurar coisas e acontecimentos que mudem o rumo da história para melhor ou para pior. É por sermos livres que podemos e devemos julgar os atos próprios e alheios, e atribuímos valores morais ou éticos aos mesmos.



Artist Odilon Redon

Artist Info French, 1840 - 1916

Title *Et l'homme parut, interrogeant le sol d'ou il sort et qui l'attire, il se fraya la voie vers* (And Man appeared; questioning the earth from which he emerged and which attracts him, he made his way toward somber brightness)

Dated 1883

Medium lithograph

Classification Print

Credit Rosenwald Collection

Accession No. 1951.10.465

Digitization Rapid Capture Image Use Open Access

<https://www.nga.gov/content/ngaweb/collection-search-result.html?accession=1951.10.465>

Está o homem condenado a ter que escolher sempre, se pode ser idolatrado ou condenado, dependendo das consequências das escolhas, ações ou dos feitos, ou da nobreza ou não do gesto ou do dito, que nunca é ignorado. Enfim, da liberdade nasce tanto o vício como a virtude; é da liberdade que nasce o problema moral ou o problema ético.

Todavia, há diferenças importantes que estão subjacentes aos termos ética e moral, que advém de formações culturais distintas das quais somos herdeiros, e que, muitas vezes, passam despercebidas. Devemos lembrar que a palavra moral é a tradução latina da palavra grega ética, e ainda que, sob certo aspecto, ambos os termos se referem aos costumes e hábitos, decorrem de pensamentos subjacentes diferentes e levam a consequências diversas.

Moral vem do latim *mos* ou *mores*, "costumes", no sentido de conjunto de normas ou regras adquiridas por hábito. Está relacionado com moradia, lar, tradição. A moral se refere ao comportamento adquirido ou modo de ser conquistado pelo homem por herança e aprendizado.

Ética vem do grego *ethos* que significa caráter, “modo de ser” enquanto forma de vida também adquirida ou conquistada pelo homem, porém não apenas por hábitos e costumes herdados, mas por conquistas próprias do esforço virtuoso e criativo da pessoa.

Assim, originalmente, *ethos* e *mos*, caráter e costume assentam-se num modo de comportamento que não corresponde a uma disposição natural, mas que é adquirido ou conquistado por hábito ou esforço próprio. Em ambos os casos o comportamento humano é entendido como algo que se adquire pela convivência, que não advém da natureza física tão somente das pessoas.

A diferença básica entre a ética e a moral, é que para os gregos a ética não é apenas comportamento a ser seguido, mas reflexão sobre os comportamentos e uma busca de melhora no próprio agir e pensar; enquanto a moral, para os romanos, é conservadora, querendo manter tradição e hábitos cuja validade se encontra na sua origem histórica. A ética grega é criadora, buscando inaugurar novos comportamentos ou reflexões sobre os comportamentos diferenciados dos humanos, enquanto a moral romana tenta imitar seus antepassados, fazendo da imitação dos antigos a grande virtude. Para a moral, uma pessoa se torna virtuosa ao seguir seus preceitos. Para a ética, uma pessoa se torna virtuosa quando vai além do que determina a regra moral ou social, e realiza o bem por sabedoria e autonomia, independente da lei, ou atua para o aperfeiçoamento da norma ou da lei, ou pelo menos, para o seu auto aperfeiçoamento.

É de se notar que, tanto o comportamento moral como o ético, exige virtude do agente, certo domínio das inclinações e uma atitude advinda de alguma sabedoria ou de uma consciência alargada.

Por exemplo, não mentir, não roubar e não matar é um ato moral se a pessoa age **por dever**, e não apenas **conforme o dever**, ou seja, se a pessoa assim o faz, não porque foi coagido, pelo medo da punição (seja divina, seja humana) caso não o fizesse. Todavia, porque entende a importância de assim agir. Logo, para haver virtude moral não basta cumprir uma norma, mas deve fazê-lo pelo motivo correto. No entanto, do ponto de vista ético, não mentir, não roubar e não matar é uma obrigação de todos, são as regras mínimas da civilidade e, mesmo sendo realizado pelo motivo correto, não há a virtude ética na ação, mesmo havendo virtude moral, pois isso é o que se espera de qualquer um. Mérito ou virtude ética ocorreria, se, além de não mentir, não roubar e não matar, por exemplo, ajudasse o próximo sem que a lei o obrigasse

Sobre a diferença entre por dever e conforme o dever, veja a Fundamentação da Metafísica dos Costumes de Kant.

ou agisse para melhorar as leis.

Assim, para os gregos, a ética não é tanto um produto ou produtor de regras, mas também reflexão sobre as mesmas; enquanto para os latinos a moral é portadora de regras que devem ser mantidas e acatadas sempre que ocasiões concretas ocorrerem.

De qualquer modo, a palavra ética entra na tradição ocidental através da filosofia, como parte do corpo teórico de que é composta, sendo uma de suas especialidades: aquela que aborda o comportamento sócio-moral dos homens.



Fonte: <https://pixabay.com/pt/photos/?cat=places&pagi=6>

Pensando: não basta fazer, é preciso pensar no feito – a diferença entre o que se pode e o que se deve fazer.

Outra decorrência dessa diferença salientada é que a moral torna imoral tudo que lhe é diferente e estranho, muitas vezes até mesmo atitudes amorais, enquanto a ética busca entender essas diferenças pluralistas dos homens em sociedade. E mais ainda, a moral não apenas julga, pré-julga, outras moralidades ou justiças como imoralidades ou injustiças, mas também, cria meios de punição e coação para todos se adequarem aos seus preceitos, às normas preestabelecidas. Contudo, raramente realiza seu aperfeiçoamento ou mesmo o questionamento da validade ou da justiça de seus preceitos, tidos como certos e verdadeiros por princípio: desenvolvimentos morais e jurídicos decorrem dos conflitos morais e culturais, e nem tanto de sua convivência.

E mais, como existem tantas moralidades quanto são os povos ou pessoas que as cultivam, e que o que é moral num local e num tempo, pode se tornar imoral em outro lugar ou tempo, há assim uma impossibilidade de se ter uma moral ou uma justiça universal, porque as mesmas estão no âmbito da particularidade cultural dos indivíduos ou dos grupos. Deve-se notar que o dever moral visa mais os fins que os meios. Assim, se não é obtido por um desenvolvimento da moralidade nos indivíduos, é concebido de maneira pragmática através das leis e da justiça, que visam coagir as pessoas aos fins estabelecidos, pois, ainda que se deva agir por dever, a sociedade se contenta que as pessoas ajam conforme o dever. Dentro do pensamento moral, para os erros humanos, a certeza da punição é o suficiente para a grande maioria não cometê-los; a penalidade fica para aqueles poucos que são incapazes de se ater às regras.

Dessa forma, num sentido mais rigoroso, o conceito de moral designa a área das normas, dos princípios do permitido e do proibido e o sentimento de obrigação como face subjetiva da relação de um sujeito com as normas herdadas de sua comunidade ou sociedade. E a ética aponta para os enraizamentos das normas na vida e no desejo, como também para a reflexão sobre as normas em situações concretas. Podemos designar a ética como uma meta-moral, uma reflexão de segundo grau sobre as normas morais. Uma espécie de ciência, ou, melhor dizendo, um campo de conhecimento que investiga os atos morais, atos onde o homem livremente se relaciona com os outros.

A ética se depara com uma experiência histórico-social no terreno moral, ou seja, com uma série de práticas morais já em vigor e, partindo delas, procura determinar a essência da moral, sua origem, as condições objetivas e subjetivas do ato moral, as fontes da avaliação moral, a natureza e a função dos juízos morais, os critérios de justificação destes juízos e o princípio que rege a mudança e a sucessão de diferentes sistemas morais, visando a um aperfeiçoamento.

Nesse sentido, enquanto a moral ocupa uma função diretiva e punitiva, que visa aos fins, ou seja, que as pessoas respeitem as normas e as leis, a ética visa a uma função educativa, onde as pessoas, ao invés de serem punidas pelos deslizes morais, devem ser antes educadas para não praticá-los. Isto é, a ética visa que cada um caminhe por si para o certo e o justo, não pela força e coação da lei, mas pela consciência e sabedoria; visa à constituição de princípios, ou seja, parâmetros para pensar e agir no mundo social diante das situações inusitadas que aparecem e que as normas morais ou as leis não estão preparadas para responder ou apontar a solução.

Enquanto a moral impõe uma ação determinada (pagar as suas dívidas), a virtude ética obriga a querer um fim (tornar-se generoso). Enquanto a moral espera que se cumpra com o fim moral, caso contrário será punido, a ética espera que as pessoas sigam princípios pela consciência da justiça do fim, não pela certeza de sua obtenção. Sua independência com relação à moral está ligada ao fato de que parte do princípio de que nenhum homem pode impor a outro o dever de ser virtuoso, e, que para ser ético, é preciso agir livre de coação externa e voluntariamente.

Os deveres para consigo (respeito por si como ser físico, intelectual e moral) e os deveres para com o outro (amor pelo valor humano, respeito pela dignidade dos homens) não se aplicarão a menos que cada indivíduo faça deles um móvel voluntário da sua conduta. O dever concebido de maneira ética e não de maneira pragmática, através da justiça, se torna uma fonte de obrigação, não como resultado de uma avaliação sobre as vantagens

de se cumprir uma norma, mas como um imperativo categórico, um ordenamento da razão sobre a vontade. Renunciando a medir a eticidade pela utilidade, se deixa de fazer da eficácia – ou das diversas maneiras de influenciar o comportamento dos homens – o centro de interesse ético.



A questão do imperativo categórico também se encontra na Fundamentação da Metafísica dos Costumes de Kant. Selo de 250 anos de nascimento de Immanuel Kant (1724-1804)

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Immanuel_Kant

É de se notar que as noções da ética não são adquiridas sem um processo de abstração, sem uma ruptura com o conhecimento intuitivo e imediato, pois naturalmente temos uma inclinação pela obtenção dos fins, de fugir da dor e buscar o prazer, antes do que pensar nos princípios para consegui-los. Mas, para se emitir um juízo ético, é necessário extrapolar as preferências e aversões pessoais e culturais, e exige-se que a ação humana, para ter eticidade, leve em conta seus prováveis efeitos, a responsabilidade e os princípios, e não apenas os fins. O fato é que não se atinge a noção do dever ser sem romper com o princípio do resultado imediato, sem uma visão alargada do agir humano, sem a percepção de que o erro é fruto da arrogância que advém da ignorância, antes que algo que advém da maldade. A maldade em si é apenas a faceta mais visível da ignorância.

Muitos veem na ética uma disciplina normativa, cuja função fundamental seria a de indicar o comportamento melhor do ponto de vista moral. Certamente, muitas éticas tradicionais partem da ideia de que a missão do teórico é dizer aos homens o que devem fazer, ditando-lhes as normas ou princípios pelos quais devem pautar seu comportamento. O ético transfigura-se, assim, numa espécie de legislador do comportamento moral dos indivíduos da comunidade.

No entanto, há um desconhecimento da dupla função ética, que lhe dá um lado prescritivo – a busca de princípios para a ação humana e do dever ser, e um lado descritivo – onde analisa e estuda o agir moral. Ou seja, a ética não está apenas numa ação ou numa prática, mas, simultaneamente, numa reflexão sobre ações e práticas, devendo ser entendida também como um campo de investigação, muito mais do que como um mero campo de elaboração de leis e normas; não é um mero produto, mas simultaneamente produção. Não tem tanto a pretensão de regulamentar o mundo, mas principalmente de-

bater e estabelecer as bases para que isso possa ocorrer de forma justa e benéfica entre os homens.

Seu objeto de estudo é constituído por um tipo de ato humano: os atos conscientes e voluntários dos indivíduos que afetam outros indivíduos, determinados grupos sociais ou a sociedade em seu conjunto e, mais recentemente, com as conquistas tecnológicas do século XX, a humanidade inteira, coisa inimaginável para os homens até bem pouco tempo atrás.

Enfim, a ética parte do fato da existência da história moral, isto é, toma como ponto de partida a diversidade de morais no tempo, com seus respectivos valores, princípios e normas. Como teoria, não se identifica com os princípios e normas de nenhuma moral em particular, tão pouco pode adotar uma atitude indiferente ou eclética diante delas. Juntamente com a explicação de suas diferenças, deve investigar o princípio que permita compreendê-las no seu movimento e no seu desenvolvimento.

Por outro lado, contrariamente ao que o senso comum acredita, a ética não tem a função de condenar os comportamentos morais distintos, pelo contrário, procura antes entendê-los e, sempre que possível, respeitá-los ou tolerá-los, por mais “imorais” que possam parecer, buscando harmonizar a diversidade moral e ensinando respeito à diversidade. Alimenta-se da diversidade moral dos homens, mas visando além de sua compreensão, a busca de princípios genéricos e universais que possam ser utilizados, nas situações concretas das diversas moralidades, visando à coabitação das mesmas.

Portanto, seu objetivo não pode ser de apenas ditar regras ou cobrar comportamentos, mas tentar contribuir para se estabelecerem princípios reflexivos que auxiliem a julgar a diversidade comportamental das pessoas, com o intuito de que se desenvolvam humana e culturalmente, e de possibilitar escolhas pessoais mais justas. Na ética há uma rejeição de um padrão moral absoluto em favor do tipo de julgamento ético situacional, que varia de acordo com a pessoa e a circunstância, sendo a virtude, assim, uma questão de fazer a coisa adequada no momento certo.

De um lado, com a ética se tem o entendimento de que o não cumprimento de uma norma moral não é tanto um desvio de conduta condenável, mas o resultado de uma visão estreita da condição humana, e, portanto, a pessoa já está punida pela ignorância, e cabe agora educá-la para que alargue sua visão e sensibilidade, e se liberte dos limites a que está condenado.

Por outro lado, uma das funções da ética é mudar a recepção das ações humanas, para que antes de condenar, se entenda, pois mais que o erro intencional, ocorre o equí-

voco não intencional e ocasional: a pessoa não é má, apenas cometeu um equívoco em certo momento. Além disso, somente o próprio agente está ciente se foi ético ou não, pois nenhuma ação, por mais meritória que pareça, pode estar imune a intenções clandestinas e não declaradas e nunca se sabe se uma pessoa ajuda um cego a atravessar a rua por virtuosidade ou se está cavando um lugarzinho no céu.

E, por fim, a ética não pressupõe virtudes heroicas ou santas nos homens, apenas a boa vontade; não pressupõe que eles possam agir sempre e em todas as circunstâncias com eticidade e com virtudes, logo sua atenção não está voltada tanto para condenação dos atos injustos, que todos estamos sujeitos a cometer em algum momento ou em alguma circunstância da vida, mas para o elogio da virtude daquele que, podendo agir sem virtude por inúmeras justificativas, age virtuosamente diante de uma circunstância. Ora, a busca do dever ser não significa o encontro do que será, mas uma tentativa de aprimorar o que é, sem saber se conseguirá, pois o que move o agir ético não é a certeza da obtenção de um resultado, mas a certeza de que o princípio da ação está correto.

ATIVIDADES DE AUTOAVALIAÇÃO

Assinale a alternativa correta, a partir das colocações do texto acima:

- a)** Ética e moral são idênticas, porque ambas pressupõem a liberdade de escolha do indivíduo para o julgamento da ação.
- b)** Ética e moral se distinguem, porque o agir ético pressupõe autonomia do indivíduo diante da norma social, enquanto a moral pressupõe a obediência irrestrita a ela.
- c)** Nem a moralidade nem a eticidade são possíveis sem algum tipo de coerção externa a induzir os indivíduos às ações corretas.
- d)** Tanto a ética como a moral tem na punição dos atos injustos o meio de se obter a justiça.

Respostas: A resposta correta é a B. A primeira resposta é incorreta, porque apesar de ambas pressuporem a liberdade de escolha dos indivíduos, o que lhes assemelha, a moral quer que se cumpram as regras, e a ética exige que se façam as próprias regras. A terceira nega as afirmações do texto que salientam que tanto o ato moral como o ético deve ser oriundo de uma deliberação interna do agente. A quarta está incorreta porque não leva em consideração o fato da ética pressupor um processo pedagógico, antes que punitivo, para se obter a justiça.

UNIDADE 2 - ÉTICA E POLÍTICA: UMA COMPLEMENTARIDADE

Podemos dizer que foi com o surgimento intempestivo de Sócrates na Ágora que o problema ético adentra à cena filosófica e à política no mundo ocidental. Suas constantes inquietações sobre o que é virtude, o que é justo, o que é certo, o que é apropriado, o que é o bem, o que é o belo, interrogando a todos, colocavam em xeque questões morais da sociedade ateniense, e mais ainda dos seus supostos sábios.

Trazia para a discussão pública a questão da formação do homem honesto, realizando uma crítica aos sofistas que tornam os homens mais hábeis, mas não mais sábios. E mostrava que a verdadeira luta não é do bem contra o mal, mas da sabedoria contra a ignorância; o objetivo da justiça não é punir – a maior punição possível é a ignorância – e a única pena que os erros merecem é educação, esclarecimento, sabedoria.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81gora_de_Atenas#/media/File:AgoraAthens5thcentury.png

Mas, será com Aristóteles que a ética se consolida como preocupação filosófica genuína. A ética como uma ciência prática – a ciência do possível, não do necessário. Não se abordam objetos concretos ou naturais, coisas unívocas, mas relações humanas, coisas abstratas, pluridimensionais; examinam-se as convenções humanas, não leis invariáveis, revelando a dificuldade de se estabelecerem, precisamente, as linhas divisórias entre o certo e o errado, deliberando pela busca do meio

termo. Trabalha-se com a imprecisão dos atos e valores humanos, e a tentativa de buscar errar menos, ao invés de tentar acertar sempre: há inúmeras formas de errar o alvo, mas só uma para acertar – se for para errar o alvo, que pelo menos, não se acertem as demais pessoas.

Ágora era a praça onde ocorriam os encontros públicos dos cidadãos, que permitia não apenas as trocas comerciais, mas também as trocas espirituais no debate das ideias em público.

Possível é aquilo que acontece se houver um agente com poder para fazer acontecer. O agente do possível é a vontade livre de qualquer um de nós, como o poder de escolher entre alternativas contrárias e deliberar sobre o sentido, o curso e a finalidade de uma ação. No possível, o acontecimento resulta da escolha deliberada feita pelo agente, que avalia meios e fins de sua ação. Entretanto, o agente livre realiza duas ações simultaneamente: para o agente livre, os efeitos de sua ação fazem crescer sua liberdade e são efeitos livres; porém, para outros, os efeitos de uma ação livre podem ser contingentes, que tanto podem aumentar quanto diminuir a liberdade desses outros; da minha ação pode haver um bom ou um mau encontro com os demais cidadãos.

Assim, a ética seria como uma complementação na formação política, na qual necessita criar disposições, pois naturalmente não seremos éticos, nem políticos, uma vez que a ética e a política são comportamentos artificiais, como uma superação da ação imediata da natureza que nos induz a reações antes que ações. Uma ética do possível – saber julgar a circunstância e o momento – e deliberar da forma menos injusta, quando não se sabe onde está a justiça. Não se espera nem santidade, nem heroísmo, mas, antes, o desenvolvimento de um bom senso.

Enquanto a política pode promover o bom cidadão, a ética deve complementar e formar a boa pessoa, pois que as leis são insuficientes para o devido procedimento, diante das circunstâncias da vida, na medida em que não dão conta de todas as ocorrências da vida. Boa parte da vida das pessoas não está determinadas por normas sociais ou políticas, mas decorre das escolhas dos indivíduos perante as diversificadas escolhas que a sociedade promove ou que se inventa cotidianamente.

A lei, como nos alerta Aristóteles, na “Ética a Nicômaco”, só prescreve atos e não se estende aos motivos ocultos desses atos, e ainda menos a preocupam os atos puramente internos como o desejo de assassinato, traição, roubo etc. Por esta razão, não se pode dizer que a lei instale a virtude, pois a virtude autêntica exige que não só se realizem fatos justos, mas também se levem a cabo pelo motivo devido. A simples obediência à lei não é garantia de virtude ética, pois é possível apegar-se à lei e atuar por um motivo puramente egoísta ou utilitário. Certo é que ao exigir atos justos a todos, a lei predispõe aos homens a adequação à virtude cívica, porém, não pode ir mais além.

Portanto, deve ser complementada por uma educação, a saber, a que abarca todos os atos humanos, inclusive os atos internos, e a única que é capaz de produzir a virtude e não só sua aparência, ou seja, deve receber uma formação ética. O império das leis é inferior ao império da inteligência viva, porque as leis, devido a sua generalidade, não

podem determinar sabiamente o que é reto e próprio em todas as circunstâncias, dada a infinidade variada de circunstâncias: só a pessoa que está no lugar poderá decidir o que é justo e apropriado nas situações concretas.

Uma educação que promova uma propriedade moral; propriedade essa que todos os seres humanos possuem igual e virtualmente, porém não inata. Uma pessoa moral deve possuir uma qualidade que se sobressai em relação às demais qualidades humanas, qual seja, o senso de justiça. Somos todos iguais, porque todos temos em comum uma personalidade moral, base da igualdade, que deve ensinar a evitar a precipitação e a prevenção diante das novidades ou do diferente. Uma moralidade concebida como responsabilidade para com o outro, ao contrário da concepção de moralidade como obediência às regras morais.

Nossa responsabilidade moral é infinita e não pode ser reduzida ao cumprimento de um conjunto de regras ou leis. Ou seja, é preciso não imaginar que cada pessoa pertença apenas a si própria e, sim, que todos simultaneamente pertençam à civilização, porque todo indivíduo é membro da humanidade, o que exige uma educação que possibilite deixar a estreiteza de si, para obter a largueza da espécie, dela participar e dela retirar melhores frutos.

Naturalmente que um bom cidadão cumpre as leis, mas não está impedido de discordar e atuar para suas mudanças. Ora, as leis também precisam ser aperfeiçoadas e um cidadão obediente não necessariamente é um bom cidadão, principalmente quando as leis são injustas e o cidadão obediente tira proveito dela. Do fato de as ações estarem de acordo com as leis, não decorre, necessariamente, que sejam praticadas de maneira justa. Também é necessário que o agente se encontre em determinada condição ao praticá-las: em primeiro lugar deve ter conhecimento do que faz; em segundo lugar, deve escolher os atos e escolhe-los por eles mesmos e, em terceiro lugar, sua ação deve proceder de um caráter firme.

É de se salientar que desde Atenas, a primeira preocupação de uma cidade democrática, que tem na participação dos seus cidadãos seu destino, foi com a educação dos seus membros, pois a sociabilidade participativa e comprometida não é algo inato à humanidade, mas algo que se adquire pela aquisição de um tipo específico de cultura e participando das atividades cívicas. Uma formação para a vida civilizada significa adquirir capacidades físicas, intelectuais, culturais, emocionais e políticas que devem ser conquistadas através de disposições a serem desenvolvidas por todos, no decorrer do amadurecimento dos cidadãos desde a infância.

Acrescentemos ainda que numa democracia não somos apenas titulares de direitos já estabelecidos, exercendo uma cidadania passiva, aquela que é outorgada pelo Estado. À cidadania passiva deve-se acrescentar a ideia cívica da cidadania ativa, aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente participante da esfera pública e criador de novos direitos.

A afirmação da liberdade e da democracia só se dá através da ação. Fundamentalmente, é um ato contra a sujeição. O homem é livre quando entra de posse de sua potência de pensar e agir.

Enfim, a liberdade depende não apenas de leis externas, mas de vontade interna para ser exercida. Não é um Estado bem ordenado, nem boas leis instituídas, nem a Assembleia soberana, com o seu direito ilimitado de participação, nem os júris populares que podem evitar o caos ou a tirania, se não houver autocontrole entre uma representativa parte do corpo de cidadãos para manter seu comportamento dentro de limites.

Além disso, embora o Estado deva ser capaz de usar a força, ele não pode estar sempre usando. Ele deve confiar largamente na obediência voluntária de seus membros e estar, portanto, comprometido com algum princípio de participação. O poder reside muito menos na força do que na autoridade, e está relacionado com a aceitação.

O governo depende, se não da aprovação ativa, pelo menos da submissão dos governados.

E mais, uma república exige certa abnegação dos interesses privados para se dedicar ao coletivo, assim como uma vigilância constante e ininterrupta sobre o organismo estatal nas suas diversas esferas (judiciário, legislativo e executivo) que realiza o trabalho "sujo" (recolher o lixo, ser carcereiro, remover os entulhos dos desastres naturais etc.) que os particulares não se dispõem a obrar.

Um homem pode e deve ao mesmo tempo cuidar de seus assuntos particulares e dos assuntos públicos e do Estado. Por isso, a necessidade de uma Paidéia para a democracia, que significava criação, formação, o desenvolvimento das virtudes políticas, do sentido de responsabilidade cívica, de identificação madura com a comunidade, suas tradições e valores.

A educação de todos, até o ponto em que o povo atinge o pleno desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, emocionais e morais e se reúnem de forma ativa e livre, em uma verdadeira comunidade política, começando a participar desde pequeno das atividades públicas, primeiro como ouvinte e aprendiz, depois como agente.



Fonte: <https://pixabay.com/pt/photos/?cat=places&pagi=6>

Equilíbrio: o difícil consenso público entre os diversos interesses particulares – a busca pelo equilíbrio social.

Para mais esclarecimentos e para se aprofundar nessa questão sugerimos a obra *Paidéia: a formação do homem grego* de W. Jaeger.

A participação não só ajuda as pessoas a interpretar o fenômeno do governo como uma ação, e não um mero tipo de acontecimento, mas leva-as a criticar a partir do ponto de vista de agentes, e não de espectadores.

É fácil criticar, como diz Hobbes: “porque acusar exige menos eloquência do que desculpar, e a condenação parece-se mais com a justiça do que a absolvição” (Hobbes, *Leviatã*, 2000, p. 116).

É fácil descobrir erros nas ações governamentais. É mais fácil diagnosticar do que rejeitar, pelo menos em política.

O mais difícil é sugerir alternativas praticáveis. Com a participação ativa na vida pública, a linguagem da crítica será feita não de forma grandiloquente, mas de forma mais humilde, fazendo concessões à estranheza dos fatos e sempre reconhecendo que as decisões são essencialmente escolhas entre alternativas e que, frequentemente, todas as alternativas disponíveis são más, e que ter sucesso em escolher a menos má é o melhor que qualquer governo pode esperar atingir.

A maioria das questões que os governos têm que decidir são apresentadas não pelos próprios governos, mas pela pressão dos acontecimentos.

Logo, nossa principal atitude para com o governo deveria ser a de cooperadores potenciais, e não de consumidores potenciais.

“Quero a utopia, quero tudo e mais
Quero a felicidade nos olhos de um pai
Quero a alegria muita gente feliz
Quero que a justiça reine em meu país
Quero a liberdade, quero o vinho e o pão
Quero ser amizade, quero amor, prazer
Quero nossa cidade sempre ensolarada
Os meninos e o povo no poder, eu quero ver
São José da Costa Rica, coração civil
Me inspire no meu sonho de amor Brasil
Se o poeta é o que sonha o que vai ser real
Bom sonhar coisas boas que o homem faz
E esperar pelos frutos no quintal
Sem polícia, nem a milícia, nem feitiço, cadê poder?
Viva a preguiça viva a malícia que só a gente é que sabe ter
Assim dizendo a minha utopia eu vou levando a vida
Eu vou viver bem melhor
Doido pra ver o meu sonho teimoso, um dia se realizar”

(Coração Civil, Milton Nascimento)

É fato que todos os homens têm direito pético à vida, à liberdade e à busca da felicidade. No cotidiano, esta injunção traduz-se por: se a vida e a liberdade são um problema de todos e por todos deve ser discutido e resolvido, a busca da felicidade é problema de cada um. Só a cada um compete decidir qual a melhor maneira de ser feliz, desde que não atente contra a vida do outro, fazendo-o sofrer física e/ou moralmente.

Na verdade, são os graus da capacidade de julgamento que decidem o rumo em que alguém é levado por desejo, por violência, por direito ou por dever; toda sociedade, todo indivíduo guarda continuamente uma hierarquia de bens, segundo a qual determina suas ações e julga as dos outros. Mas ela muda continuamente; muitas ações são chamadas más e são apenas idiotas ou estúpidas, porque o grau de inteligência que se decidiu por elas era bastante baixo. E, em determinado sentido, todas as ações são ainda idiotas e estúpidas, pois o mais elevado grau de inteligência que pode hoje ser atingido será certa-

mente ultrapassado: todos os nossos atos e juízos parecerão, em retrospecto, tão limitados e precipitados como nos parecem hoje os atos e juízos de povos antigos e selvagens.



Selo de 2006, comemorativo do 100º

aniversário de Arendt. Fonte: [https://](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hannah_Arendt#/media/File:DPAG-20061007-HannahArendt.jpg)

[pt.wikipedia.org/wiki/Hannah_Arendt#/media/](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hannah_Arendt#/media/File:DPAG-20061007-HannahArendt.jpg)

[File:DPAG-20061007-HannahArendt.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hannah_Arendt#/media/File:DPAG-20061007-HannahArendt.jpg)

Assim, toda ação acarreta dificuldades diferenciadas, na medida em que ela é algo feito em comum por alguém singular, feita entre homens e para os homens, cabível de reação, de reação em cadeia e maciça. Há as consequências que são irreversíveis, outras, que são imprevisíveis, pois toda ação desencadeia um processo, com a impossibilidade de desfazer o que se fez, embora não se soubesse nem se pudesse saber o que fazia ao exercer a faculdade de agir. O fato é

que as pessoas não sabem o que fazem: neste mundo, mais do que o mal existem equívocos, que são eventos cotidianos, decorrência natural do fato que a ação estabelece constantes relações inconscientes. O mal intencional é raro, mais até que as boas intenções.

Para se aprofundar na problemática do agir humano, sugerimos a leitura de Hannah Arendt no livro *A Condição Humana*.

O fato é que o homem, desde o primeiro contato com o outro, o que é inevitável, confronta-se com a escolha entre o bem e o mal. Entretanto, ser ético não significa ser “bom” ou “mau”, mas lidar responsabilmente com as consequências produzidas pelas nossas ações diante e junto com o outro. E a condição de existir no mundo, ter de fazer escolhas, já coloca o indivíduo em uma situação moral marcada pela ambivalência. A ambivalência, assim como o que é moral, não desaparece e este fato torna a condição da existência extremamente complexa, dificultando o acesso a uma vida despreocupada, uma vez que o indivíduo não será dispensado do dever de escolher entre uma posição e outra ou de não escolher nenhuma delas. Entre as alternativas das escolhas, não há soluções pré-estabelecidas como prontas, às quais se pode recorrer para se orientar ou se aconselhar-se antes de se fazer uma escolha. Por mais que a tentativa de agir seja boa, o resultado sempre deixará incerteza.

Os problemas da justiça surgem nas comunidades humanas, porque os homens estão essencialmente interessados em si mesmos e os bens são quase sempre escassos, e é preciso estabelecer normas para a sua aquisição sem prejuízo dos demais. É crença antiga que todas as “más” ações são motivadas pelo impulso de conservação ou, mais exatamente, pelo propósito individual de buscar o prazer e evitar o desprazer; são, assim, motivadas, mas não são más em si mesmas: podem se tornar na relação com o outro.

A triste verdade é que a maior parte do “mal” do mundo é feita por pessoas que nunca decidiram ser boas ou más, mas ao fazerem aquilo que acham certo, redundam em imensos males aos demais. O problema é que os danos físicos, emocionais ou psíquicos para um indivíduo possuem variações e não temos como saber se as ações irão causar ou não esses danos. Podemos estar causando danos a outrem ou a nós mesmos sem ter conhecimento algum disso.

Naturalmente, uma luta entre o prazer e o desprazer é insuficiente para explicar todas as ações equivocadas que os homens praticam uns contra os outros. O indivíduo quer para si o prazer ou quer afastar o desprazer; a questão é sempre, em qualquer sentido, a autoconservação. Desse modo, o que quer que o homem faça, ele sempre faz o bem, isto é, o que lhe parece bom ou útil, segundo o grau de seu intelecto, segundo a eventual medida de sua racionalidade. Pode ocorrer maldade e ao mesmo tempo não ter por objetivo o sofrimento do outro em si, mas o próprio prazer.

As “más” ações que nos indignam baseiam-se na crença de que o homem que as comete tem livre-arbitrio, ou seja, de que dependeria do seu bel-prazer não nos fazer esse mal. Esta crença no bel-prazer suscita o ódio, o desejo de vingança, a perfídia, toda a deterioração da fantasia ressentida. Causar sofrimento não pelo impulso de conservação, mas por represália – é consequência de um juízo errado e, por isso também inocente pela ignorância; não é uma atitude mentirosa, mas errada, falsa; não é justiça, é vingança.

A falta de participação da sociedade civil na coisa pública na atualidade, assim como a ausência de uma consciência política e da necessidade do exercício da opinião pública são reflexos diretos de uma escolarização voltada para a socialização do indivíduo, não para sua politização, para ser útil, antes que justo, para se comportar socialmente, mas não para agir politicamente. Desde a antiguidade até os contemporâneos, está colocado pelos teóricos do republicanismo, como um fator fundamental para o desenvolvimento do regime republicano, o implemento da educação, pois a cidadania não é inata, nem decorre da vida familiar, mas é preciso a formação do espírito cívico que se obtém através de processos educacionais.

De fato, a maioria das pessoas não quer participar ativamente. O custo da participação, mesmo pequena, em termos de tempo e energia despendidos, é considerável. E não havendo uma injustiça clamorosa, a maioria das pessoas contenta-se em deixar que outros decidam por elas. Mas elas não querem deixar de optar inteiramente.

O voto constitui uma forma de participação mínima e é tão acessível a todos e tão fácil de ser exercido que ninguém pode plausivelmente argumentar que votar leva tempo ou dá trabalho demais. Mas, votar é uma espécie de atividade passiva. O votante não tem a iniciativa, mas apenas uma palavra no penúltimo estágio do processo decisório. É difícil examinar um fato inteiramente, verificar os argumentos pró e contra e pesá-los.

Todavia, o eleitor sabe que o político deve ser um homem sensato, que já examinou a questão adequadamente, então é racional que se deixe orientar pelo seu julgamento, depositando seu voto na sua urna.

Uma coisa que deveria estar explícito numa República é que sempre se participa, estamos sempre incluídos na vida comum, na política econômica e social, e que não se tem mais como omitir essa participação, já não se tem outros continentes desconhecidos para fugir ou emigrar, e ainda não se tem tecnologia suficiente para se mudar para outro planeta.

Falta entender como os cidadãos formam uma sociedade e como sucede a essa sociedade poder se modificar de maneiras específicas, ter uma história que segue um curso não pretendido ou planejado por qualquer dos indivíduos que a compõem, mas que é feita em comum.

Eis que chegamos de volta ao começo, à necessidade da formação ética para uma participação ativa da vida política. É a sociedade civil atuante que delimita as ações governamentais, que as impulsionam ao bem comum. O fato é a que a omissão tem sido a forma de participação política mais evidente nos dias atuais. Não se pode mais desconsiderar que toda ação, por mais inocente que se perceba, tem uma repercussão social e política, e não está isenta de decorrências éticas.

Por mais solitários que possamos nos sentir, agimos e reagimos num mundo extremamente povoado, onde ninguém realiza atos individuais sem que o mesmo não tenha algum tipo de repercussão social. Seja lá o que se faça ou não se faça, algo acontece com os demais.

Enfim, a Ética se preocupa com a busca da felicidade; eis a questão principal, como ser feliz num mundo cheio de infelicidades? Como ser justo num mundo injusto?

Como ser honesto num mundo desonesto? Como ter virtudes num mundo cheio de vícios? Como buscar a felicidade própria sem causar infelicidade alheia? Como obter os bens do mundo sem causar uma série de males? A felicidade própria decorre na busca de adequá-la à felicidade comum ou dos demais e não proporcionar infelicidades ao próximo ou distante.

QUESTÕES DE AUTOAVALIAÇÃO

Assinale as alternativas corretas:

- a)** O problema ético é distinto do problema político, pois o primeiro diz respeito aos indivíduos e o segundo diz respeito à coletividade.
- b)** A ética e a política são complementares para que possa ocorrer participação cívica dos cidadãos nos destinos da cidade.
- c)** Para se ter ética é preciso se afastar da vida política.
- d)** Sem uma formação ética não é possível a ocorrência de uma vida política destinada ao bem comum.

As respostas corretas são B e D.

UNIDADE 3 - QUESTÕES ÉTICAS E POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS

O evento ético e político decisivo de nossa época é a emergência da humanidade de sua existência puramente espiritual, como um sonho utópico, uma categoria ou um princípio diretor. Para configurar uma realidade política e ética urgente e sempre presente nos dias atuais, obriga-se a buscar um fundamento adequado para um corpo político mundial, para comportar a infinidade de individualidades e grupos que coabitam esse mundo, e que já não se enquadram dentro de fronteiras definidas. Ora, como cidadãos do mundo, precisamos de instrumentos para agir num mundo globalizado, que transcenda o entendimento das leis locais, requisitando, agora, instrumentos que nos direcionem para o universal. A confluência humana é uma realidade antiga e que vem sendo alertada de suas implicações pelo menos desde Kant, tanto na *Paz Perpétua* (1789) como na *Ideia de História Universal do Ponto de Vista Cosmopolita* (1786).

No século XVIII, já alertava o filósofo, que as ações humanas estão se estendendo por lugares muito mais longínquos do que o imediato e mais à vista. Uma aparente e inocente cena local pode prejudicar algum lugar distante. Nacionalidades se tocam, fazem fronteiras, tangenciam-se, ainda que tenham oceanos entre elas. A paz interna de uma República não depende apenas de suas intenções virtuosas, é preciso confluência de interesses com os demais Estados para que não resultem guerras, ou desgraças naturais e humanas.

Não se é habitante desse ou daquele município, estado ou país, mas do mundo. Tanto a cidadania como a política estão mundializadas, quando emitimos o som da nossa voz. Se agradável, útil, bom ou honesto, ou ao contrário, repercute em ondas, por toda parte, que está interligada na realidade contemporânea, onde qualquer um pode exercer sua cidadania internacional e declarar a sua opinião. Ou seja, podemos ser ouvidos em toda parte; se seremos entendidos, é outro problema muito diferente.

Acrescentemos ainda o fato de que, hoje, muitos princípios, interesses e bandeiras de luta são internacionais, quando não, globais, pois fronteiras físicas ou geopolíticas são coisas ultrapassadas desde meados do século passado (barram-se mais as pessoas que produtos ou ações e ideias) em muitos pontos das produções cultural, econômica e política do mundo atual. Nesse sentido, pensar a política apenas como um fenômeno nacional é um tipo de arcaísmo persistente. Oceanos, montanhas, solos e subsolo do planeta



precisam ser compartilhados e não meramente explorados até a exaustão por quem está mais próximo desses bens, pois extinção de espécies e de meio-ambientes é algo que diz respeito à humanidade e não apenas a uma nação, um povo ou um indivíduo.

Além disso, os interesses comuns se formam não apenas à volta dos interesses econômicos, mas também por interesses de ordens cultural, política, social, individual, ecológica, religiosa, de massas etc. O fato é que as pessoas formam massas de interesses com força institucionalizadora de tendências e efetivação de novos costumes e gostos. Verdade que são mais temporários, quase instantâneos e esvoaçam logo depois.

As ocorrências políticas e sociais estão sendo legitimadas mais facilmente. Não se está mais impedindo ou cobrando legitimidade de atitudes, ações e instituições que até pouco tempo atrás deveria ter uma suposta autoridade sancionando sua existência. O público, através dos seus debates que ocorrem em função de muito mais instâncias do que da política formal, se auto institui sem que precise passar por qualquer legitimação oficial, ou unitária, ou unânime: desde que a ocorrência não impeça o agir do outro, não há impedimentos para ela onde a lei nada institui. No vácuo social do Estado e dos governos as pessoas instituem suas legitimidades.

Não estamos mais livres, pois a liberdade não é algo quantificável, é algo que se exerce ou não, mas estamos menos presos a antigas formalidades para promulgação de uma ação pública, portanto, política. O campo de ação individual cresceu enormemente, acompanhando uma escalada crescente de tolerância da humanidade, ou pelo menos de parte, cada vez mais extensa dela, ainda que, verdade seja dita, poucos se dispõem a participar da vida política.

E, mais ainda, a modernidade vem abolindo os requisitos hierárquicos e sociais para a participação no interior do Estado, o que significa a possibilidade de universalização da política, da igualdade plena na esfera política. Enquanto ao longo dos últimos séculos a legitimidade de uma ação pública vinha de sua investidura pelo Estado e a deste da eleição de seu governo pelo povo, nos anos mais recentes passou a surgir uma nova legitimidade que é, por exemplo, a das ONGs (organizações não governamentais), a qual não deriva de nenhuma delegação feita pelo povo enquanto sujeito (ainda que remoto) da política, mas da constituição dos mais pobres como beneficiários de uma ação intencionalmente voluntária, que é a dos que formam uma organização não governamental. Como a legitimidade é sempre uma opinião, uma crença, pode bem ser que as ONGs não respondam à expectativa nelas depositada, mas isso não afeta a sua reputação, que é a de serem sujeitos rigorosamente morais. Naturalmente, devemos descartar das ONGs

um caráter absolutamente regional e local, de serem ótimas alavancas para caixa 2 dos partidos, fenômeno absolutamente nacional.

Como alerta Ortega y Gasset (1971) no seu *A Rebelião das Massas*, o discurso político ignora o fenômeno contemporâneo da mundialização, que a multidão tornou-se visível e instalou-se nos lugares preferentes da sociedade. O conceito de multidão é quantitativo e visual. É o conjunto de pessoas não especialmente qualificadas. É o homem médio. É a qualidade comum, é o povo, é o homem enquanto não se diferencia de outros homens. E, mais ainda, vivemos em tempo de nivelações: nivelam-se as fortunas, nivela-se a cultura entre as diferentes classes sociais e nações, nivelam-se os sexos, também se nivelam os continentes.

A vida globalizou-se efetivamente; o conteúdo da vida do homem de tipo médio é hoje presente em todo planeta; e cada indivíduo vive habitualmente todo o mundo. Cada pedaço da Terra não está mais recluso em seu lugar geométrico, mas, para muitos efeitos vitais, atuam nos demais pontos do planeta. Podemos estar em mais lugares que antes, gozar de mais idas e mais vindas, consumir em menos tempo vital mais tempo cósmico. Mas, em definitivo, o crescimento substantivo do mundo não consiste em suas maiores dimensões, e, sim, que inclua mais coisas. E a vida do homem médio é hoje mais fácil, cômoda e segura que a do mais poderoso em outro tempo. Que lhe importa não ser mais rico que outros, se o mundo o é e lhe proporciona magníficas estradas de rodagem, de ferro, aeroportos, portos, hotéis, segurança física, Internet e aspirina?

O mundo que rodeia o homem contemporâneo não o move a se limitar em nenhum sentido, não lhe apresenta veto nem contenção alguma, mas, pelo contrário, fustiga seus apetites, que, em princípio podem crescer indefinidamente. Portanto, não se pode desprezar o fenômeno contemporâneo de uma massa de população, cada vez maior, que vem se incorporando à sociedade de consumo, dispondo não apenas de dinheiro, mas também de lazer, de tempo para se dedicar à cultura, sendo cada vez mais liberada do fardo extenuante do trabalho físico. E nem tanto porque as pessoas são melhores remuneradas, mas porque os objetos culturais se tornam cada vez mais acessíveis e baratos. Isso não acarreta necessariamente que se deva concordar ou enaltecer essa massificação. Essa cultura de massa é produto e produtor desse homem de massa, fenômeno internacional, que cria uma cultura internacional, ocorrência senão ausente do passado, pouco saliente. Ainda que possam caber julgamentos sobre esse fenômeno, cabe antes procurar entendê-lo.

A despeito da acentuada adaptabilidade à sociedade de grandes setores sociais anti-

gamente ignorados, o mesmo ocorre sem que se tenham padrões culturais que permitam um refinamento na sua capacidade de consumo, demonstrando inaptidão para julgar ou mesmo distinguir as diversas produções e processos econômicos, culturais, sociais ou políticos. Formado para ser um trabalhador, contribuinte e consumidor, não está preparado para desfrutar seu tempo de ócio senão com entretenimento, ou mais negócios. Como diz Ortega y Gasset (1971), esse homem-massa é um tipo de homem que não quer dar razões nem quer ter razão, mas que, simplesmente, se mostra resolvido a impor suas opiniões. O homem médio encontra-se com “ideias” dentro de si, mas carece da função de idear. Quer opinar, mas não quer aceitar as condições e supostos de todo opinar. Suprimem-se todos os trâmites normais e se vai diretamente à imposição do que se deseja.

Por fim, salientemos que uma igualdade vem se construindo nos dois últimos séculos: a maior parte da população mundial é educada em letras e números e, com esses instrumentos, tem acesso a tudo que é feito pelo homem. Naturalmente, é preciso vontade, determinação e talvez um pouco de coragem, mas todos estão igualmente aptos a desvendar os mistérios do mundo, ter acesso às informações coletadas pela humanidade, construir o próprio caminho, criar um lugar no mundo e desfrutar da vida com os demais, ao ter domínio das palavras e saber fazer contas.

Hoje temos recursos de comunicação que nos permitem falar com todos ao mesmo tempo e nos mais diversos lugares. Pode-se exercer pressão na opinião pública assim como sobre as autoridades constituídas, panfletar o mundo com ideias políticas, burlando as mais rigorosas formas de censura. Os encontros não necessitam mais ser realizados apenas fisicamente; podem ocorrer de forma virtual, podem ser convocados por e-mails, por sítios, por pessoas que adquirem alguma notoriedade pelo inusitado que faz, pensa, mostra ou diz. Não há limites que impeçam uma pessoa, numa democracia ocidental, de manifestar suas posições, de assumi-las publicamente, de lutar e defender seus interesses, de convocar aliados para sua causa, de formar partidos ou instituições que possam interceder no mundo para a defesa de seus interesses privados.

O fato é que não se pode mais ignorar a liberdade individual contemporânea, que é rigorosamente liberação; implica uma relação de independência com um fundo de realidade previamente dado de paradigmas e crenças que se tornam cada vez mais descartáveis. Com certeza não é uma natureza adquirida de uma vez por todas, é uma modalidade do fazer atual, que rompe com tudo e todos e que, sem limites éticos do passado, e com acesso a tecnologias massivas, pode ocasionar catástrofes humanitárias. É dessa liberação que surge boa parte da violência cometida pelos homens, que se sentem auto-

rizados, em nome de interesses próprios, a impor vontades, desejos e ações aos demais.

Acrescente-se o velho problema da educação, pois, através da generalização da educação elementar, começamos a ensinar as crianças a ler, a escrever e a fazer contas, na esperança de se obterem cidadãos com uma visão mais alargada, mas que de pouca serventia tem sido para se libertar da manipulação de ideias, que na sociedade atual é feita por qualquer sabido. Tal educação tem se mostrado insuficiente, incompleta. Pessoas de instrução incompleta estão em uma condição muito suscetível a todas as influências e o mundo hoje se compõem principalmente de pessoas com instrução incompleta. Elas são capazes de assimilar ideias, mas não adquiriram o hábito de testá-las e de, enquanto isso, suspender o juízo.

Sendo o tipo de agentes que somos, esclarecidos de maneira imperfeita, não inteiramente racionais, nem de todo altruístas, necessitamos da existência de alguma autoridade muito mais insistentemente do que nós desejamos. Isso fica saliente quando observamos o que de mais estranho se avista na atualidade, que é a responsabilidade social e responsabilidade pessoal, estarem se tornando cada vez mais um fardo, uma carga insuportável que as pessoas ao invés de carregarem, preferem delegar ou pagar alguém para que faça por si. Não reclamam as massas porque se vejam privadas de participação no Parlamento, no Executivo ou no Judiciário: o que mobiliza é a privação do que é essencial para a vida, que em nossos dias, cada vez mais, significa a falta que lhe faz algum supérfluo ou o luxo que se tornou essencial.



O peso do mundo - as responsabilidades da existência participativa e pelo destino do mundo. Fonte: <https://pixabay.com/pt/photos/?cat=places&pagi=6>

Como alerta Ortega y Gasset (1971), imagine-se que sobrevém na vida pública de um país qualquer dificuldade, conflito ou problema: o homem-massa tenderá a exigir que imediatamente o assumo o Estado, que se encarregue diretamente de resolvê-lo com seus gigantescos e incontrastáveis meios. Este é o maior perigo que hoje ameaça a civilização: a estratificação da vida, o intervencionismo do Estado, a absorção de toda espontaneidade social pelo Estado, a anulação da espontaneidade histórica que nutre e sustenta e impele os destinos humanos. Quando a massa sente uma desventura, ou simplesmente algum

forte apetite, é uma grande tentação para ela essa permanente e segura possibilidade de

conseguir tudo – sem esforço, luta, dúvida ou risco – apenas ao premir a mola e fazer funcionar a portentosa máquina. A espontaneidade social autor: por que verbo no futuro se as afirmações no mesmo parágrafo vieram no presente? ficará violentada uma vez e outra pela interferência do Estado; nenhuma nova semente frutificará sem seu estímulo. A sociedade terá que viver para o Estado; o homem, para a máquina do governo.

Constata-se assim que há fenômenos humanos contemporâneos que não cabem nas categorias do passado e isso obriga o homem a ser mais narrador dos eventos, do que juiz dos mesmos, tentando inutilmente classificá-los de acordo com categorias criadas e institucionalizadas num passado antigo ou recente. Basta perceber a dificuldade, hoje, para estabelecer o que é progressista ou o que é conservador nas políticas e nos políticos. O homem, dotado da liberdade, da racionalidade, da capacidade de instituir novidades ao mundo, cria situações inusitadas e nunca vividas, que necessitam de novas palavras para se fazerem visíveis ao pensamento contemporâneo.

Além disso, como vem num crescendo no debate ético e político internacional, pode a sociedade, o Estado, a família, qualquer um determinar o que é bom para cada um? Como têm ou adquirem eles o aparelho correto para medir o certo, o bom, o justo, o verdadeiro? Como saber se o julgamento e a conseqüente dieta estão corretos? Na atualidade, a medida está na pessoa, é suficiente prestar atenção em suas disposições, se elas não frustram as obrigações cotidianas, a justa medida foi encontrada. E mais ainda, mesmo que por um momento, ou em grau mínimo, deve o cidadão submeter a sua consciência ao legislador? Se a lei é justa, também é, em muitos aspectos, imperfeita. Existe, não para os virtuosos, que, por si mesmos, se esforçam em buscar objetivos éticos e estão submetidos voluntariamente às leis, mas para a pessoa comum que cobiça bens e só atua com justiça, quando se vê obrigado a fazê-lo por coerção de uma lei. Sua eficácia se deve diretamente ao apego do homem aos bens e só porque os homens são cobiçosos destes bens a lei tem algum poder sobre eles. Sagazmente aproveita a astúcia do homem para criar e manter uma medida limitada de justiça na sociedade.

O fato é que, desde o século passado, cresce a cultura da independência pessoal, do divertimento e da liberdade de expressão que surge como algo sagrado; o irracional é legitimado através das afeições, intuições, sentimentos, jogo de sedução e criatividade. Nossa época está marcada pela deslegitimação da ideia de autossacrifício; desestímulo aos ideais morais através da descrença cultural na existência de um caminho seguro para ser feliz. Mas, ao mesmo tempo em que se intensifica o sentimento de liberdade, cresce a incerteza quanto ao que fazer, já que tudo é permitido. A predileção é pelo efêmero,

pelo fragmentado, pelo descontínuo e caótico, já que não existem critérios morais válidos, nem mesmo valores morais absolutos. As opções passam a ser privadas, orientadas pela vontade, sem coação e também sem coerência. Sem culpas e sem valoração do bem e mal.

A época atual, segundo Bauman (1997) em "A ética pós-moderna", é baseada numa moralidade sem ética, nua. Ou ainda, uma moralidade baseada na ética da responsabilidade, sendo esse o desafio da Pós-Modernidade: fundar uma condição moral de vida na qual cada pessoa se torna, de modo incondicional, responsável pelo outro. Trata-se de uma moralidade sem a presença dos códigos de ética. Nessa era de ocaso do dever e da moral, a tolerância, a honestidade e os direitos humanos são cada vez mais exaltados. A tendência, portanto, não é do abandono completo da moralidade e, sim, de sua reelaboração de acordo com uma base compartilhada de valores renovados, orbitando os direitos humanos.

O processo pós-moderno não implica uma extinção da ética, mas uma mudança de paradigma, como o fato da impossibilidade da fundamentação das normas morais, uma vez que nenhum fundamento foi encontrado ou é suscetível de ser encontrado. Essa concepção traz a convicção de que a era moderna, não extingue a necessidade de ser moral, embora o significado dessa moralidade não possa ser mostrado ou deduzido.

A moralidade é algo "para". Os atos morais são meios para um fim. É o fim que conta. A moralidade é a serva da existência, instruída pela razão, que a monitora. A moralidade é o que um ser racional, sendo razoável, escolheria. Mas, contrariamente a um passado que acreditava poder prever e evitar equívocos, analisando as ações humanas presentes, hoje se habita um universo de incertezas imenso, onde nossas ações se tornaram imprevisíveis: a modernidade como "uma cultura do risco", no sentido que o mundo moderno introduz riscos que gerações anteriores não enfrentaram, pois movimentamos energia, matéria e acontecimentos nunca realizados antes e que não se sabe, ao cabo do tempo, no que resultará.

Saliente-se ainda que o conflito se generalizou, difundiu-se por toda sociedade. Esta expansão não é só quantitativa, mas principalmente qualitativa, já que não se trata apenas do conflito de classes, mas de valores, de opiniões. Assim, a sociedade passou a se expor a uma constante indeterminação; impossível definir segura e perenemente o que é o bem e o que é o mal; o que se considera legítimo e o que se afasta como ilegítimo; quais os critérios do verdadeiro e do falso; do proibido e do permitido. Até mesmo a divisão social de papéis torna-se movediça, na medida em que os referenciais que situam uns

em relação aos outros demandam uma batalha quotidiana para serem aceitos e respeitados ou modificados. É o caso da autoridade paterna/materna no interior da família, das relações homem/mulher, professor/aluno, enfim, da posição dos que mandam e dos que obedecem. Não existe mais um fundamento seguro para definir o lugar de cada um em todas essas formas de relacionamento, ou melhor, cada relação cria, momentaneamente, referenciais que demandam legitimação constante para se desenrolarem, para sobreviverem. Há um debate contínuo que se manifesta em todos os setores. O regime democrático gera uma sociedade em constante busca de seus critérios, que só se mantém coesa na aceitação dessa inventividade de valores e papéis. E quanto mais instituições e pessoas precisarem ser persuadidas, quanto aos méritos de um esquema, antes de aprovarem, maior será a dificuldade de serem adotadas propostas que não são sustentadas por alguns argumentos moderadamente bons. Somente assim se garante que argumentos e não barganhas conseguirão que uma medida seja aprovada. Logo, numa democracia, ninguém se autoperpetua no poder ou como autoridade; para conseguir ser membro dela, em 1º lugar, é necessário desempenho público na Assembleia, nas discussões, nas decisões. O acesso a ela é aberto, mas para permanecer como membro ativo, é preciso manter o desempenho.

O contemporâneo realizou a politização do que antes não era politizado: as relações humanas íntimas. Ou seja, colocou a intimidade na praça pública para ser debatida e para ser revolucionada. Sem uma consciência política, de pouco ou de nada valem as boas intenções; deve-se observar que essa revolta, que vem de uma profunda convicção ética, tira a política que está sucumbindo ao tédio da mesmice, à especialização, à abstenção, à indiferença e, talvez, à extinção, e fornece uma nova perspectiva.

A esfera da política, que era entendida como o exercício da cidadania entre iguais, hoje é percebida como uma atuação profissional que complementa as demais atividades urbanas e tem uma função social e (ou) assistencialista. A atividade política do cidadão está restrita à mera obediência cívica de cumprir leis e pagar os impostos, ou, em cada vez mais lugares do mundo, depositar votos na urna. Assim, os problemas sociais e humanitários ficaram relegados a uma repartição estatal, cujos méritos ou deméritos são atribuídos aos governantes. Hoje, todos estão tão ocupados com suas vidas privadas, que têm privilégio sobre a vida pública e não podem desfrutar de certo ócio necessário para sua participação ativa na política, nem querem; se tempo livre tiver, será dedicado ao entretenimento.

Com falta de tempo para pensar e tranquilidade no pensar, as pessoas não mais ponderam as opiniões divergentes: contentam-se em odiá-las. Com o enorme aceleração

da vida, o espírito e o olhar se acostumam a ver e a julgar parcial ou erradamente e cada qual se assemelha ao viajante que conhece terras e povos pela janela do trem em que viaja. Esse deseja ser interessante com seus juízos, aquele com suas afeições e aversões, um terceiro com suas relações, um quarto com seu isolamento – e todos calculam mal. Pois, aquele diante do qual se representa o espetáculo, pensa ser ele mesmo o único espetáculo que interessa.

Além disso, é de se notar que, no mundo contemporâneo, não é sempre pela casa ou pela comida que as pessoas sentem a desigualdade e a injustiça, ou se engajam politicamente. Pode ser por perceberem o descompasso entre o excesso e a privação. A novidade da atualidade é a seguinte: é deixar de culpar o excesso, o luxo, o conforto, contrapondo-os a uma sociedade austera como da democracia grega ou da república romana, na qual as necessidades primordiais sejam atendidas. É perceber, primeiro, que poucos anseiam por essa austeridade; segundo, que não há mais como definir necessidades básicas, num mundo plural, em que os objetivos das pessoas são tão distintos entre si. Ou seja, em vez de contrapor o excesso à privação, entender que a disputa política está em torno do direito ao luxo, ao conforto, ao prazer. Entendemos bastante bem as reivindicações que passam pelo direito. Essa ideia, por sua vez, é largamente tributária da ideia de necessidade. Temos direito ao que é necessário para a vida e, mais recentemente, à vida decente. Daí o destaque conferido à moradia, à alimentação, à saúde. Há, porém, na vida, elementos que são os que lhe dão valor, os que a fazem pulsar. Esses temperos estão do lado do excesso, do a mais, do supérfluo, do suplementar, do luxo. Daí que conferimos demasiado peso à ideia de direito, e de menos à de desejo e de termos dificuldade em compreender o que efetivamente acontece em nossa sociedade.



Fonte: <https://pixabay.com/pt/photos/?cat=places&page=6>

O que mais ameaça uma república não é a privacidade, mas a vida clandestina e secreta de seus integrantes. Disso não se deduz automaticamente que se deva aumentar o controle sobre os cidadãos, pois os instrumentos de controles também podem agir clandestinamente (e, de forma geral, agem, como os serviços de inteligência), mas, antes, de autocontrole, de consciência da cidadania que vê e age (e cobra) no sentido da publicidade das

ações, e se prevenindo contra as ações clandestinas, que sempre ocorrem, salvo o caso de encontrarmos uma sociedade onde todos os indivíduos fossem perfeitos, ou, pelo menos, honestos.

Como agir num mundo onde a ação de cada um parece tão insignificante, diante da idolatria e da ingenuidade de todos perante o mito do Estado e do governo? Há ainda ação política possível? Como participar da vida pública e política, quando muitas deliberações não se dão mais nos organismos tradicionais de deliberação, como o parlamento e o executivo, mas em agências reguladoras, organismos de classes, como os dos médicos, engenheiros, agrônomos, advogados, administradores, militares etc., ou ainda em organismos internacionais? Será que não existe uma aceitação quase universal da crença de que o contínuo avanço tecnológico e econômico, a ininterrupta expansão dos recursos econômicos, o padrão constantemente crescente do bem-estar material são os principais propósitos da vida social e da ação política, sendo também os principais critérios para se julgar o sucesso e a validade de uma ordem social? E como ou quem legitimou tal alternativa única? Perguntas que ousou fazer, mas não ousou responder, pelo menos, não agora.

QUESTÕES DE AUTOAVALIAÇÃO

Assinale as alternativas corretas:

- a)** O mundo contemporâneo acabou com a ética e por isso que a política está imoral.
- b)** A dificuldade de estabelecer os valores morais na atualidade se deve a pluralidade dos homens hoje incorporados à sociedade civil, repleta de desejos e interesses diversos dos seus múltiplos habitantes.
- c)** A política contemporânea impede que as pessoas possam atuar politicamente e as leis sociais obrigam a sociedade a uma moralidade, inibindo o desenvolvimento ético e moral individual.
- d)** Devido a ampliação de atuação dos homens contemporâneos, com a possibilidade de inaugurar instituições públicas, o mundo atual exige uma formação ética e política dos seus integrantes, pois as ações hoje repercutem por áreas e instâncias mais extensas do que de épocas anteriores.

Respostas corretas B e D.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso assunto é sempre atual e urgente: ética e política. Desde a antiguidade até os dias atuais, saber deliberar e debater as questões que nos envolvem, cotidianamente, são atributos dos cidadãos e quanto melhor sua preparação para o debate diário dos problemas políticos e sociais, melhor será sua intervenção na esfera pública.

O curso traz elementos para se refletir nossa prática ética e política no mundo dinâmico e instável como se encontra atualmente, além de promover um debate sobre o agir num mundo quase sem limites para a ação.

O objetivo foi colocar o leitor diante de alguns problemas da coexistência globalizante que nos obriga a participar do debate mundial sobre uma vida digna. Mais que respostas ou indicar caminhos, procuramos mostrar a dificuldade de se encontrarem as respostas, e a multiplicidades de caminhos que temos para deliberar.

Nosso objetivo foi apenas abrir janelas para que se possam observar com pernas próprias as questões éticas e políticas e introduzir os interessados nessa temática, cujos acordos são raros e os debates sempre acalorados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Todos os textos aqui elencados podem ser obtidos em PDF pela internet, bastando colocar o nome dos autores ou das obras em qualquer sítio de pesquisa.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. Vincenzo Cocco et al., Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BAUMAN, Z. *Ética Pós-moderna*. Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

FREIRE, R. de B. *Dez proposições para uma filosofia simples*. Cuiabá: Edufmt, 2009.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

KANT, I. *À Paz Perpétua*. Trad. Marco A. Zigano. São Paulo/Porto Alegre: L&PM, 1989.

_____ *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*. Trad. Rodrigo Naves e Ricardo Terra, Coleção "Elogio da Filosofia". São Paulo: Brasiliense, 1986.

ORTEGA Y GASSET, J. *A Rebelião das Massas*. Trad. Herrera Filho. Rio de Janeiro: Ibero-americano, 1971.

SUGESTÕES DE LEITURAS

ARENDT, H. *A Condição Humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; Rio de Janeiro: Salamandra; São Paulo: EDUSP, 1981.

ARENDT, H. *Entre o Passado e o Futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ARISTÓTELES. *A Política*. Trad. Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Edipro, 1995.

CARRASCO, Alexandre de O. T. *A Liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_bvekCW9GTEQVNuWjhqbKFrnc/view?usp=drive_web

CÍCERO. *Os Deveres*, Vol. 1, 2 e 3. Trad. Luiz Feracine. São Paulo: Escala, 2008.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador: formação do Estado e Civilização*, V. 2. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador: uma História dos Costumes*. V. 1. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.



JAEGER, W. Paidéia: a formação do homem grego. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

KANT, I. Critica de la Razon Practica. Trad. J. Rovira Armengol. Buenos Aires: Losada, 1961.

KANT, I. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Trad. Tânia Maria Bernkopf, Paulo Quintela, Rubens Rodrigues Filho, Coleção "Os Pensadores". São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KANT, I. Resposta à Pergunta: que é Esclarecimento? Trad. Raimundo Vier, Coleção "Textos Seletos". Petrópolis: Vozes, 1974.

MILL, J. S. Sobre a Liberdade. Trad. Alberto da Rocha Barros. Petrópolis: Vozes, 1991.

MONTAIGNE, Michel de. Ensaaios. Trad. Sergio Milliet, Coleção Os Pensadores, 1a. Edição. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

NIETZSCHE, F. Genealogia da Moral: uma polêmica. Tradução de Paulo Cesar de Souza, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PERELMAN, C. Ética e Direito. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SINGER, Peter. Ética Prática. Trad. Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TAYLOR, C. A ética da autenticidade. Trad. Talyta Carvalho. São Paulo: Realizações Editora, 2011.

VAZQUEZ, A. S. Ética. Trad. João Dell'Anna, 11ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

ZINGANO, Marco. As virtudes morais. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013, Encontrado em: <https://drive.google.com/file/d/0B9v07ksweMh2RHBDT0JYUVpkeFE/view>

IMAGENS: [HTTPS://PIXABAY.COM/PT/PHOTOS/?CAT=PLACES&PAGI=6](https://pixabay.com/pt/photos/?cat=places&page=6)

Imagem 1: Pensando – não basta fazer, é preciso pensar no feito.

Imagem 2: Equilíbrio – o difícil consenso público entre os diversos interesses particulares.

Imagem 3: Desprendimento – o necessário desprendimento dos interesses privados para participar das atividades públicas.

Imagem 4: O peso do mundo – as responsabilidades da existência participativa

FILMES

- 1) Mar adentro - <http://filmescult.com.br/mar-adentro-2004/>
- 2) Johnny vai à Guerra <https://www.youtube.com/watch?v=l3RkoOBPabo> - A questão da luta pelo direito de deliberar pela própria vida e morte – até onde pode a sociedade decidir até quando devemos viver?

REPORTAGENS

- 1) Folha de São Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/07/1901310-medicos-nao-podem-decidir-se-vida-de-charlie-gard-vale-a-pena.shtml>
- 2) Folha de São Paulo: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/07/1904523-eutanasia-e-valor-da-vida-nao-estao-em-jogo-no-caso-do-bebe-charlie-gard.shtml>



Apoio: Projeto UFMT Popular